**DECLARAÇÃO NÃO SENDO ESTA A MINHA PRIMEIRA AQUISIÇÃO IMOBILIÁRIA**

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado civil:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, profissão:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na (Logradouro)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº.\_\_\_\_\_, bairro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na cidade de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/MG, telefone(s)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Documento apresentado:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Declaro que já possuo/possui imóvel residencial, **não sendo esta a minha primeira aquisição imobiliária,** não fazendo jus ao desconto previsto nos art. 42 da Lei nº 11.977/2009, art. 290, da Lei nº 6.015/1973, bem como os art. 15, 15-A e 15-B da Lei Estadual 15.424/2004 e alterações posteriores.

O desconto será concedido apenas quando o adquirente se enquadrar nos requisitos dos art. 1º e art. 3º da Lei nº 11.977/2009, art. 1º, art. 8º, art. 9º e art.12 da Lei 4.380/1964, que tem como objetivo o estímulo à construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição e registro da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Assim, declaro ter ciência que **NÃO** tenho direito ao desconto nos emolumentos e taxas, sendo este benefício concedido apenas ao adquirente que preencha os 4 (quatro) requisitos exigidos pelo art. 290 da Lei nº 6.015/1973, quais sejam: 1) primeira aquisição imobiliária, 2) para fins residenciais, 3) financiada e 4) pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento de que inserir declaração falsa em documento público, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar fato juridicamente relevante caracteriza crime de falsidade ideológica **previsto no art. 299 do Código Penal** com pena de 01 (um) a 05 (cinco) anos de reclusão e multa, sem prejuízo das demais responsabilidades civis.

 [CIDADE] - [UF], \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Comprador

##

##  OBSERVAÇÃO:

Quando o adquirente for casado, para ter-se a redução dos emolumentos e taxas, deverá haver a mesma declaração para o cônjuge ou companheiro.